



newsletter

Nº 79 – AGOSTO / 2013

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 info@oliveirarego.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662

ORA newsletter

Nº 79 – AGOSTO/2013
(circulação limitada)

Assuntos em Destaque

Resumo Fiscal/Legal – Julho de 2013	2
Capitalização de Gastos com Empréstimos Obtidos	4
Revisores e Auditores	7

LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL

Tribunal Constitucional - Acórdão n.º 297/2013, de 5 de Julho - Decide julgar inconstitucional a norma do artigo 8.º, n.º 7, do Regime Geral das Infracções Tributárias, na parte em que se refere à responsabilidade solidária dos gerentes e administradores de uma sociedade que hajam colaborado dolosamente na prática de infracção tributária pelas multas aplicadas à sociedade.

Ministério das Finanças - Gabinete do Ministro - Despacho n.º 9125/2013, de 12 de Julho - Constitui um grupo de trabalho com o objectivo de proceder, através do estudo dos novos Padrões do Grupo de Acção Financeira (GAFI), e do levantamento dos instrumentos normativos, institucionais e operacionais em vigor, relativos a todas as matérias por eles cobertas, à elaboração das propostas de alterações legislativas, regulamentares e operacionais, necessárias para assegurar a conformidade, em matéria de combate ao branqueamento de capitais, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento de armas de destruição em massa.

Ministério das Finanças - Gabinete do Ministro - Despacho n.º 9124/2013, de 12 de Julho - Altera os limites de emissão de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro.

Assembleia da República - Lei n.º 48/2013, de 16 de Julho - Procede à sexta alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro, que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros.

Assembleia da República - Lei n.º 49/2013, de 16 de Julho - Aprova o crédito fiscal extraordinário ao investimento (CFEI). Podem beneficiar deste incentivo os sujeitos passivos de IRC que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e preençam, cumulativamente, as seguintes condições: a) disponham de

2/7

ORA newsletter

Nº 79 – AGOSTO/2013
(circulação limitada)

contabilidade regularmente organizada, de acordo com a normalização contabilística e outras disposições legais em vigor para o respectivo sector de actividade; b) o seu lucro tributável não seja determinado por métodos indirectos; e c) tenham a situação fiscal e contributiva regularizada.

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários – Regulamento n.º 4/2013, de 18 de Julho – Procede à revisão do regime relativo ao governo das sociedades, sistematizando as exigências informativas cuja prestação é obrigatória, possibilitando que as sociedades recorram a um Código de Governo das Sociedades distinto daquele divulgado pela CMVM e reformulando o próprio Código de Governo das Sociedades disponibilizado pela CMVM, cuja última versão remonta a 2010. O regulamento entra em vigor em 1 de Janeiro de 2014 e o relatório de governo das sociedades a submeter pelos emitentes à Assembleia Geral em 2014, com referência ao exercício de 2013, deverá ser elaborado em conformidade com o Regulamento.

Ministério da Economia e do Emprego - Portaria n.º 236/2013, de 24 de Julho - Aprova o Regulamento da medida "Comércio Investe". Esta medida pretende focalizar os apoios em projectos com crescente conteúdo qualitativo, em detrimento de intervenções de natureza infra-estrutural, de forma a privilegiar projectos que promovam a criação de factores de diferenciação claros que possibilitem melhorar os níveis qualitativos da oferta comercial do comércio de proximidade, principalmente aquele que se concentra em centros urbanos ou que valoriza o produto interno.

Assembleia da República - Lei n.º 51/2013, de 24 de Julho - Procede à primeira alteração à Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2013), à alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, do Código dos Impostos Especiais de Consumo, do Estatuto dos Benefícios Fiscais, à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 172/94, de 25 de Junho, e à Lei n.º 28/2012, de 31 de Julho, e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de Novembro.

Assembleia da República - Lei n.º 53/2013, de 26 de Julho - Altera o Decreto-Lei n.º 442 - A/88, de 30 de Novembro, que aprova o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, clarificando o enquadramento fiscal das compensações e subsídios, referentes à actividade voluntária, postos à disposição dos bombeiros pela Autoridade Nacional de Protecção Civil e pagos pelas respectivas entidades detentoras de corpos de bombeiros, no âmbito do dispositivo especial de combate a incêndios, bem como das bolsas atribuídas aos praticantes de alto rendimento desportivo, pelo Comité Paralímpico de Portugal, no âmbito do contrato-programa de preparação para os Jogos Surdolímpicos, e dos respectivos prémios atribuídos por classificações relevantes obtidas em provas desportivas de elevado prestígio e nível competitivo.

3/7

ORA newsletter

Nº 79 – AGOSTO/2013
(circulação limitada)

CAPITALIZAÇÃO DE GASTOS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Enquadramento

A Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) n.º 10 – Custos com Empréstimos Obtidos define, como tratamento de referência, que os gastos com empréstimos sejam reconhecidos em resultados. Neste artigo vamos centrar-nos no tratamento alternativo, em que os gastos inerentes aos financiamentos contratados com a finalidade de desenvolvimento e produção de activos que se qualificam, podem ser capitalizados.

Algumas empresas têm como actividade a produção de artigos/bens, que pelas suas características necessitam de um período de realização alargado, em que o tempo que dista entre o início da sua produção e a sua conclusão é superior ao usual. Estes artigos/bens, regra geral, representam e implicam alguma capacidade financeira, sendo que inúmeras vezes a sua construção/produção obriga à obtenção de financiamentos.



Situação similar poderá ser uma empresa que decida construir novas instalações, que levaram alguns meses até estarem concluídas, tendo para o seu financiamento recorrido a um empréstimo.

Activos que se qualificam - definição

Sejam produtos (inventários) ou seja a construção de instalações de funcionamento de uma dada empresa (activo tangível), estes activos têm como denominador comum o período de tempo que levam a estar concluídos, sendo esse obrigatoriamente mais alargado. Não se consideram activos que se qualificam, aqueles que são produzidos de forma repetida e em pequenos ciclos temporais.

Gastos passíveis de capitalização

Os gastos dos empréstimos obtidos que poderão ser adicionados ao valor do activo são: **i)** os juros respectivos; **ii)** a amortização de descontos e de prémios; **iii)** a amortização de outros custos acessórios relacionados com a obtenção do empréstimo; **iv)** os encargos financeiros relativos a locações financeiras contabilizadas de acordo com NCRF 9 – Locações; e **v)** as diferenças de câmbio de empréstimos obtidos em moeda estrangeira.

4/7

ORA newsletter

Nº 79 – AGOSTO/2013
(circulação limitada)

Capitalização

Estando a decorrer a produção/construção do activo que se qualifica, a entidade poderá capitalizar os gastos com empréstimos obtidos, incluindo-os dessa forma no custo desse activo. Contudo, se a empresa detiver o activo não executando qualquer acção ou desenvolvimento, não deverão ser capitalizados os gastos com empréstimos, devendo estes ser reconhecidos na respectiva rubrica de resultados.

Suspensão da capitalização

A capitalização dos gastos deverá ser interrompida se por um período alargado de tempo for suspenso o desenvolvimento do activo e não estando a decorrer qualquer acção ou actividade preparatória ao nível técnico e administrativo.

Fim da Capitalização

A entidade deverá deixar de capitalizar os gastos com o empréstimo no momento em que o activo que se qualifica esteja em condições de uso ou venda.

Tipos de financiamento obtidos

Quando a entidade obtém um financiamento especificamente para a produção ou construção do activo que se qualifica, são facilmente identificados os gastos associados e passíveis de capitalização, sendo aqueles que a entidade não incorreria se não produzisse o activo. Se a entidade não solicitar o empréstimo especificamente para a produção ou construção do activo, podendo até ter vários empréstimos contraídos em simultâneo, deverá ser utilizada a média ponderada de todos os empréstimos vivos.



Rendimentos obtidos

Muitas vezes os financiamentos obtidos especificamente para a produção ou construção de um activo que se qualifica, são libertados pela instituição financeira e não utilizados de imediato, sendo muitas vezes investidos em depósitos a prazo a aguardar a necessidade de utilização. O rendimento obtido com esse investimento deverá ser deduzido aos gastos do empréstimo contraído passível de capitalização.

5/7

ORA newsletter

Nº 79 – AGOSTO/2013
(circulação limitada)

Quantia escriturada

No final da produção ou construção do activo, a entidade deverá avaliar se o valor pelo qual está escriturado não excede a sua quantia recuperável ou o seu valor realizável líquido. Se concluir que excede, deverá efectuar a redução da sua quantia escriturada de acordo com NCRF 12 - Imparidade de activos.

Efeitos da opção de capitalização

Destacamos os seguintes efeitos: **i)** aumenta a carga fiscal nas empresas que apresentem lucro; **ii)** aumenta o resultado líquido do período, se positivo, e diminui-o se negativo; e **iii)** os resultados futuros serão afectados por maiores depreciações.

Divulgações

As demonstrações financeiras devem divulgar as políticas no que concerne à contabilização dos gastos com empréstimos obtidos, os montantes de gastos que foram capitalizados durante o exercício e a taxa de capitalização utilizada.



- Paulo Vicente -

Bibliografia:

- *Norma contabilística e de relato Financeiro n.º 10 – Custos de empréstimos obtidos;*
- *Anotações ao sistema de normalização contabilística – Edição OTOC, 2009, ISBN 978-989-95224-5-9;*
- *Sistema de normalização contabilística, João Rodrigues, Porto Editora, 2009, ISBN 978-972-0-32643-0.*

ORA newsletter

Nº 79 – AGOSTO/2013
(circulação limitada)

REVISORES E AUDITORES

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas divulgou, recentemente, o relatório anual da Comissão de Controlo de Qualidade relativo à actividade desenvolvida durante o período compreendido entre 1 de Junho de 2012 e 5 de Junho de 2013.



ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

Esta actividade incidiu no planeamento e monitorização dos controlos de qualidade programados aos revisores e sociedades de revisores relativamente aos seus exames de demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2011, assim como outras acções, nomeadamente as relacionadas com o acompanhamento de processos que transitaram de exercícios anteriores e que revelaram observações e recomendações de relevância.

As acções podem ser sistematizadas da seguinte forma:

- i) Execução dos controlos programados, relativos ao Sorteio Público realizado em 5 de Julho de 2012, os quais visaram comprovar designadamente: a) a adequação dos meios utilizados pelos revisores face à natureza e dimensão dos trabalhos contratados; b) o cumprimento das normas e directrizes de revisão/auditoria, bem como da legislação aplicável; c) a coerência entre as verificações efectuadas e evidenciadas pelos revisores nos seus documentos de trabalho (dossiês) e as conclusões extraídas e relatadas; d) no caso de revisores de entidades de interesse público, o teor do relatório anual de transparência.
- ii) Acompanhamento dos processos com recomendações/observações de relevância constatadas no controlo de qualidade de exercícios anteriores, com o objectivo de verificar a implementação dessas recomendações/observações.
- iii) Intervenções pontuais relativamente a controlos de qualidade efectuados por deliberação do Conselho Directivo.

Salienta-se que o Relatório foi objecto de divulgação pública (podendo ser consultado no site da OROC), procedimento que constitui mais um contributo para garantir a transparência e promover a melhoria da credibilidade da profissão de revisor oficial de contas.

***Nota:** Esta publicação da ORA é genérica e o objectivo é meramente informativo. Não tem a intenção de substituir a necessidade de consulta dos diplomas mencionados ou o recurso a opinião profissional para os temas tratados em função dos casos concretos de cada entidade.*

7/7

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 info@oliveirarego.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662